

CORREIO DE CAMPINAS

Carlos Bassan/Arquivo Prefeitura de Campinas



Wandão assumiu a prefeitura por viagens de Dário

Dário tira miniférias, e Wandão assume prefeitura

O prefeito Dário Saadi (Republicanos) volta a Campinas no domingo (29) e provavelmente reassume a Prefeitura na segunda-feira (30). Foi para Flórida com a primeira-dama Maria Giovana Fortunato para tirar miniférias, de acordo com informações de bastidores do 4º andar do Paço Municipal. A viagem aos Estados Unidos já estava programada e era para ter ocorrido antes. Entretanto, devido à deflagração da guerra contra o Irã, acabou tendo que ser adiada. Na terça-feira (24), antes de embarcar para os EUA, Dário foi a Curitiba (PR), onde teria tratado de questões previdenciárias, também segundo informações de bastidores.

Campanha Estadual do PSB

O vice-prefeito Wanderley de Almeida, o Wandão, PSB-SP, assumiu a prefeitura na terça-feira (24) à tarde, devido às viagens de Dário. Mas, se afastará da Secretaria de Relações Institucionais no dia 1º de abril para assumir a campanha do partido no Estado de São Paulo. É ele, portanto, quem comandará toda a campanha da legenda a nível estadual. Porém, não deixará o posto de vice-prefeito.

Câmara Municipal de Campinas



Paolla propõe separação do feriado religioso do civil

Feriado no aniversário da cidade I

A vereadora Paolla Miguel (PT-SP) protocolou um Projeto de Lei que estabelece como feriado municipal o aniversário de Campinas no dia 14 de julho. A justificativa é que o feriado em questão reforça a comemoração do aniversário de Campinas, data estabelecida pela lei municipal número 3984 de 17 de maio de 1971. Atualmente o dia 14 de julho não é feriado municipal. A data é considerada apenas um dia comemorativo, com funcionamento normal do comércio e serviços.

Feriado no aniversário da cidade II

Campinas tem quatro feriados religiosos estabelecidos, entre eles o 8 de dezembro, Dia da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição. “Queremos que o aniversário de Campinas seja um feriado civil de festividades culturais. A celebração do feriado civil não interfere nas data religiosas, mas a separação é fundamental”, afirma a vereadora.

PINGA-FOGO

Et tu, Brute? I

O transporte público atingiu um nível de precariedade tão acentuado que a insatisfação transpôs as barreiras ideológicas e alcançou a própria base de apoio do governo. O vereador Edison Ribeiro (União-SP) chegou inclusive a protocolar uma sugestão à Prefeitura para a implementação de tarifa zero temporária.

Et tu, Brute? II

A proposta isenta os usuários do pagamento da passagem até que os novos veículos previstos na recente licitação comecem a circular efetivamente pelas ruas campineiras. A iniciativa surge como resposta direta ao desgaste do serviço oferecido à população que enfrenta falhas estruturais cotidianas.

Et tu, Brute? III

Ribeiro, sabiamente, argumenta que os passageiros não podem ser cobrados por um atendimento deficiente, enquanto aguardam a renovação completa da frota municipal. A gratuidade funcionaria como compensação pelo período de espera e pelas carências registradas no transporte coletivo.

Et tu, Brute? IV

O cenário se agravou à medida em que a própria Prefeitura encaminhou à Câmara um projeto de lei que estabelece prazo de até três anos para a transição do sistema, protergando a entrada efetiva das novas operadoras para até 2029, estendendo o tempo de espera dos cidadãos pela modernização do serviço (que quiçá ocorra).

Et tu, Brute? V

A viabilidade da proposta de Ribeiro depende de análises técnicas e financeiras da Prefeitura, que não se manifestou oficialmente sobre o tema. A Secretaria de Transportes não detalhou como o subsídio (necessário para cobrir os custos da operação) seria financiado.

Et tu, Brute? VI

O fato é que, mesmo que a tarifa zero não seja viável, um vereador da base propor esse tipo de medida, em pleno ano eleitoral, correndo o risco de rachar coligações afins, denota a quantidade de reclamações populares, fartos de um serviço extremamente mal-prestado.



Encontro será da Comissão de Administração Pública

Comissão debate nova licitação do transporte

Quer saber o que se pode esperar no curto e médio prazos

Da Redação

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Campinas realiza nesta quarta-feira (25) a 2ª Reunião Ordinária do ano com um debate sobre a nova licitação do transporte público coletivo da cidade.

O encontro está marcado às 15h e deve abordar as mudanças previstas no sistema, os impactos da possível substituição das empresas operadoras, melhorias esperadas na prestação do serviço e o que a população pode esperar no curto e médio prazo.

Está prevista a participação de Vinícius Riverete, presidente da Emdec (autarquia responsável pelo transporte público campineiro, que deve apresentar informações técnicas e esclarecer pontos sobre o novo modelo de concessão.

Polêmica

A Prefeitura enviou à Câmara Municipal um projeto de lei que propõe a prorrogação dos atuais contratos de concessão do transporte público coletivo por um período de até três anos. Pontua que a medida visa garantir a continuidade do atendimento aos usuários durante o processo de transição para o novo modelo de concessão que foi recentemente licitado na Bolsa de Valores.

Estabelece que as empresas que operam o sistema atualmente deverão manter a prestação do serviço sob as regras vigentes até que a nova operação seja plenamente implementada

pelas empresas vencedoras do certame realizado na B3.

Afirma que a prorrogação é uma etapa necessária para a organização administrativa da transição operacional entre as atuais concessionárias e as futuras operadoras do sistema.

O leilão do novo sistema foi realizado no dia 5 de março, em São Paulo. A empresa Sanceur venceu a disputa pelo Lote Sul, que abrange as regiões Leste, Sul e Sudoeste, enquanto o Consórcio Grande Campinas ficou com o Lote Norte, que atende as regiões Norte, Oeste e Noroeste da cidade. Os contratos preveem concessão por 15 anos.

Mudanças

Entre as inovações previstas no novo modelo de gestão está a criação de uma Sociedade de Propósito Específico, denominada SPE, que terá a responsabilidade direta pelo gerenciamento do sistema de arrecadação e da bilhetagem eletrônica. A entidade contará com a participação das empresas concessionárias e da Emdec. A estruturação dessa sociedade busca centralizar o fluxo financeiro do sistema e garantir mais transparência na prestação de contas dos recursos provenientes das tarifas pagas pelos passageiros.

Entre os investimentos previstos pelas empresas vencedoras estão recursos destinados à modernização da frota, tecnologia embarcada, melhoria de terminais e sistemas de monitoramento.